

## CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024

A Direção Nacional convocou Assembleia Nacional nesta quinta-feira (21 de novembro) e coloca para deliberação da categoria indicativo de greve por tempo indeterminado a partir da próxima terça (26). O indicativo é decorrente da necessidade de escalar ao máximo a mobilização da categoria sobretudo após o resultado da reunião realizada na quinta passada (14) com a Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), para tratar das pautas dos Auditores-Fiscais.

A União está inadimplente com os Auditores-Fiscais desde 1º de agosto, quando terminou o prazo definido pelo MGI para instalação das mesas específicas de todas as categorias signatárias do termo de acordo salarial para 2024. O Sindifisco Nacional assinou o termo com o MGI no dia 30 de abril, em reunião com o secretário de Gestão de Pessoas, José Lopez Feijóo, assim que deliberado neste sentido pela categoria em Assembleia Nacional.

Os Auditores e as Auditoras-Fiscais da Receita Federal estão mobilizados desde julho, cobrando do governo a abertura da negociação do reajuste do vencimento básico. **Da pauta de reivindicações dos Auditores-Fiscais constam exatamente:** o reajuste mínimo de 28% no vencimento básico (IPCA retroativo a 2016, menos os 9% de 2023), bônus integral para todos os Auditores-Fiscais e a implementação da destinação de recursos do Fundaf para o custeio do plano de saúde para os Auditores e seus dependentes.

Não há, nem nunca houve, qualquer negociação ou mesmo conversa a respeito da redução do bônus de eficiência para compensar algum tipo de reajuste no vencimento básico. O secretário Feijóo chegou a sugerir esse despropósito na reunião realizada no dia 14/11, na qual estiveram presentes Direção Nacional, Comando Nacional de Mobilização e Mesa do CDS. A sugestão foi imediatamente refutada pela Direção

Nacional e os demais presentes e foi declarado ao secretário que a proposta era um verdadeiro e completo absurdo. Os valores do bônus de eficiência estão já contratados com o governo federal. Em 2026, será de R\$ 11.500,00. A partir de 2027 já está também contratado com o governo no mínimo reajuste anual pelo IPCA.

O movimento se iniciou com Operação-Padrão na Aduana, apagão de acesso aos sistemas informatizados da Receita Federal e atos públicos. Em outubro, a mobilização escalou para paralisações de 24 horas e 48 horas. Em novembro, a categoria cumpre 48 horas de paralisação em todas as terças e quartas-feiras do mês. Também foram propostos e aprovados em Assembleia a não participação em treinamentos, reuniões e projetos da Receita Federal, suspensos os julgamentos no contencioso administrativo, bem como a ocupação de cargos em comissão que tenham ficado vagos em decorrência da mobilização.

Em Assembleia realizada no dia 16/10, os Auditores-Fiscais deliberaram, acatando as propostas da Direção nacional, pela instalação dos comandos locais, regionais e nacional de mobilização e aprovaram o calendário que determinou para o dia 5/11 a instalação do Comando Nacional de Mobilização.

### **Engajamento do ministro Fernando Haddad**

A Direção Nacional trabalha incansavelmente para o engajamento do secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na defesa das reivindicações dos Auditores junto ao governo federal e ao MGI. Já há avanços nesse sentido: no dia 6/11 o ministro afirmou, em telefonema feito para o presidente do Sindicato, Auditor-Fiscal Isac Falcão, que entraria em contato com a ministra da Inovação e Gestão, Esther Dweck, para que o Sindicato Nacional fosse recebido pela SRT. O que realmente ocorreu, mas com resultado frustrante.

Agora, espera-se do ministro Fernando Haddad um engajamento muito maior e realmente efetivo na defesa dos Auditores e de suas reivindicações junto ao governo

federal. Espera-se do ministro que assumira esse compromisso e atue em favor dos Auditores até que as pautas da categoria sejam efetivamente atendidas.

O MGI resiste em iniciar a negociação do reajuste no nosso vencimento básico sob a justificativa – completamente equivocada – de que as negociações com a categoria já teriam sido realizadas. A tese da Secretaria de Relações do Trabalho ignora o que foi contratado com o governo federal (referendado em dois termos de acordo que os ministérios da Fazenda e da Inovação e Gestão assinaram com os Auditores): a implementação do bônus de eficiência nos moldes pactuados não configura negociação salarial, mas o cumprimento do acordo de 2016.

No dia 15/10, a RFB enviou ofício, assinado pelo secretário e por toda a cúpula da Administração, no qual defende a legitimidade das pautas dos Auditores-Fiscais. No ofício, a RFB registra que o sindicato tem razão “quanto ao direito de abertura de canal para negociação e discussão dos temas previstos na Cláusula Segunda do Termo de Compromisso nº 1/2024, subscrito por diversas entidades incluindo os sindicatos dos Auditores”.

**CONSIDERAÇÕES INDICATIVO 1** – Neste momento, iniciar uma greve por tempo indeterminado é uma mensagem indiscutível de que não iremos aceitar essa quebra de acordo do governo federal e que consideramos inaceitável os Auditores-Fiscais terem o seu vencimento básico congelado desde 2016 – exceção aos 9% conquistados, depois de muita pressão, na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em 2023.

A proposta oferecida pelo governo recentemente à AGU e o tratamento não isonômico dispensado aos Auditores-Fiscais, pelo governo federal, também é motivo de grande indignação por parte da categoria, indignação que igualmente se manifesta com a aprovação do **INDICATIVO 1**: realização de Operação-Padrão, na zona primária, e Greve, na zona secundária, por tempo indeterminado a partir do dia 26 de novembro de 2024.

Ressaltamos a obrigatoriedade do quantitativo mínimo de 30%. Nas Aduanas, além disso, há a obrigação de se manter equipe para análise e desembaraço das cargas prioritárias definidas em lei (cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos etc.).

## **DIREÇÃO NACIONAL, COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO E MESA DO CDS ENCAMINHAM A FAVOR DO INDICATIVO 1**

**CONSIDERAÇÕES INDICATIVO 2:** A entrega de cargos em comissão na RFB e a vedação de ocupação dos cargos que ficarem vagos, na atual estrutura ou na nova estrutura decorrente da reestruturação da Receita Federal (novo Regimento Interno) - **INDICATIVO 2** - também é uma decisão relevante para a efetividade da greve da categoria. Trata-se de uma deliberação importante para demonstrarmos que a categoria tem força para intervir no andamento dos processos e prazos. A adesão dos Auditores-Fiscais a esse indicativo é primordial para garantia dos direitos e prerrogativas do cargo e assinalar a importância do Auditor para o Estado brasileiro.

## **DIREÇÃO NACIONAL, COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO E MESA DO CDS ENCAMINHAM A FAVOR DO INDICATIVO 2**

**CONSIDERAÇÕES INDICATIVO 3** - A realização de atos públicos é parte importante das mobilizações da categoria. Em julho, mais de 400 Auditores de todo o país se reuniram em frente ao MGI, em Brasília, numa manifestação de união e força. Neste dia, o sindicato foi recebido pelo secretário Barreirinhas e pelo diretor de Relações de Trabalho no Serviço Público do (MGI), Mário dos Santos Barbosa. Em outubro, atos públicos realizados nas 10 Regiões Fiscais reuniram mais de 600 Auditores, que foram recebidos pelos superintendentes nas sedes das RFB. O **INDICATIVO 3** consulta a categoria se aprova o uso do Fundo de Mobilização para custear as despesas referentes à realização de novos atos públicos nesta etapa de greve da categoria. Atualmente, o Fundo de Mobilização tem em torno de R\$ 6 milhões. Entre essas despesas, inclui-se as decorrentes

do cancelamento de passagens emitidas para os conselheiros fazendários participarem das sessões do Carf, que também seriam ressarcidas pelo fundo, desde que relacionadas ao exercício da greve aprovada pela categoria.

**DIREÇÃO NACIONAL, COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO E MESA DO  
CDS ENCAMINHAM A FAVOR DO INDICATIVO 3**



**INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 21 DE NOVEMBRO DE  
2024**

Favor encaminhar o resultado por meio do Portal de Serviços.

DS: \_\_\_\_\_

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: \_\_\_\_ Aposentados: \_\_\_\_ TOTAL: \_\_\_\_\_

**Indicativo 1** – Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional aprovam a realização de Operação-Padrão, na zona primária, e Greve, na zona secundária, por tempo indeterminado, a partir do dia 26 de novembro de 2024, respeitada a manutenção de quantitativo mínimo de acordo com as considerações, com ressarcimento, pelo Fundo de Corte de Ponto, de descontos na remuneração.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

**Indicativo 2** – Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional deliberam pela entrega de cargos em comissão na RFB e pela vedação de ocupação dos cargos que ficarem vagos, na atual estrutura ou na nova estrutura decorrente da reestruturação da Receita Federal (novo Regimento Interno).

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

**Indicativo 3** – Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional autorizam a utilização de recursos do Fundo de Mobilização para custear as despesas relacionadas à realização de atos públicos da atual mobilização aprovados pelo colegiado do Comando Nacional de Mobilização. Os Auditores aprovam também a utilização de recursos do Fundo de Mobilização para reembolsar despesas incorridas em virtude da adesão ao movimento grevista, tais como passagens já adquiridas pela administração, cancelamento de participação em eventos e outras despesas correlatas, desde que devidamente comprovadas.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção